

A red-tinted photograph of a man in a hat and shirt standing in a construction site, with a banner in the background. The banner reads "1988 INÍCIO DA VILA UNIÃO Associação de moradores".

1988
INÍCIO DA
VILA UNIÃO
Associação de moradores

Luta e resistência pelo direito à moradia:

a história da Vila União

Luta e resistência pelo direito à moradia:

a história da Vila União

Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos
Sociais e Ação Coletiva (nepac/Unicamp)

Pesquisadores

Luciana Tatagiba
Ana Claudia Chaves Teixeira
Stella Zagatto Paterniani
Flávio Freire Coutinho.
Adriana Cattai Pismel
Alexandra Gimenes Salas

Diagramação

Wladimir Vaz

www.nepac.ifch.unicamp.br.

Apoio: Clacso - Conselho Latino-Americano de
Ciências Sociais.

2014



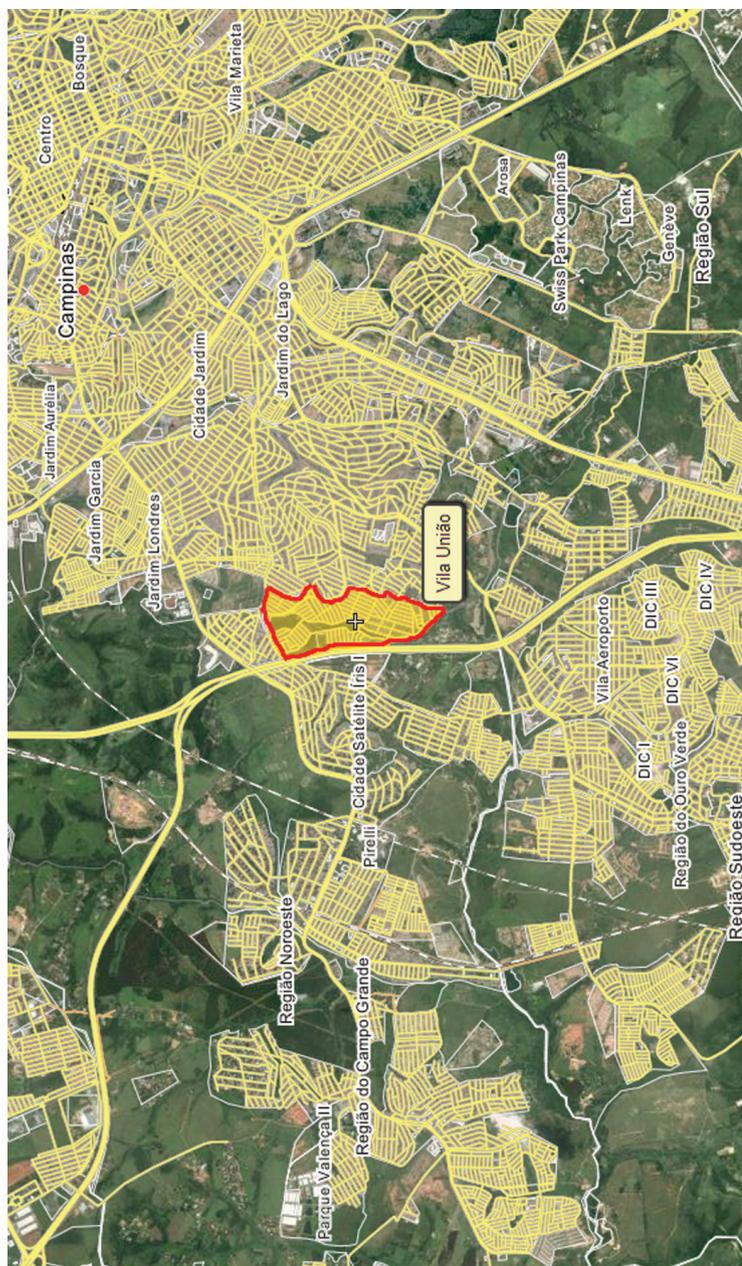
Este texto foi elaborado a partir da leitura de documentos, artigos de jornais da época e entrevistas com as seguintes pessoas: Carlos Roberto de Oliveira (Carlão), Ivete Cardoso Roldão, Izaías de Brito Cunha, Lauro Marcondes, Leonildo Ferreira da Silva e Neusa Nascimento.

Campinas e suas periferias

A cidade de Campinas é uma das mais ricas do país, com o 13º PIB do país, e a segunda maior economia do Estado de São Paulo. O município ocupa uma área de quase 800 km² e conta com uma população de aproximadamente 1 milhão e cem mil habitantes.

Campinas teve um processo de urbanização que resultou em uma cidade formada por grandes áreas vazias, cortada por estradas, com comunidades ao longo dessas rodovias afastadas do centro e umas das outras. A partir dos anos 1970, Campinas foi uma das cidades que mais se desenvolveu industrialmente, atraindo para sua região metropolitana migrantes de várias partes do país, que foram ocupando as regiões periféricas da cidade, com conjuntos habitacionais e assentamentos precários, como favelas e loteamentos clandestinos.

Essa urbanização dispersa contribuiu para reforçar o padrão de segregação que aumentou as distâncias geográficas entre ricos e pobres, e contribuiu para a invisibilidade das famílias de baixa renda, que ficaram concentradas nas regiões sudoeste e noroeste da cidade. Assim, a região ao sul da Rodovia Anhanguera tornou-se uma região de concentração de população de baixa renda.



Mapa de parte da cidade de Campinas, com a Vila União em destaque e seus arredores. Fonte: elaboração sobre mapa da Wikimapia, 2014.

É na Região Sudoeste que está localizado o bairro da Vila União, bem próximo da Rodovia Bandeirantes. A Vila União ocupa uma área de 251 hectares, possui 5.213 unidades habitacionais, entre casas, apartamentos e lotes e uma população estimada em 20 mil habitantes. A construção desse bairro envolve uma rica história de organização e luta das classes populares pelo direito à moradia.

O objetivo desse texto é contar essa história e a partir dela ajudar a ampliar a reflexão sobre a importância da organização e da luta política como instrumentos dos setores populares para a melhoria da política pública habitacional em Campinas.

No começo, a ocupação

A história da Vila começa em 1988, quando um grupo de pessoas que chegou a 1200 famílias decide ocupar um grande terreno, área de uma fazenda particular, conhecida como Fazenda “do Rony”. Essas pessoas eram trabalhadores de baixa renda, condutores, metalúrgicos, trabalhadores da Unicamp, da construção civil e da Polícia Militar. Alguns deles eram sindicalizados, e moravam nos bairros do entorno, em situações de moradia precária: pagavam aluguel, viviam em barracos, viviam de favor na casa de alguém – tipo de situação comum nas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras. Ao ocupar essa fazenda, as pessoas levantaram um acampamento com lonas pretas e fundaram uma história de luta, que passou pelo sofrimento compartilhado e pela reivindicação. Essa ocupação teve participação intensa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido dos Trabalhadores (PT).



Quadro na sede da Cooperativa Araras, da época da ocupação da fazenda, em 1988.

A primeira vitória e o começo da construção das casas

Depois de três meses embaixo da lona preta, os moradores finalmente foram atendidos pelo poder público, e iniciou-se uma negociação com a Caixa Econômica Federal, que se comprometeu a construir casas.

O resultado da negociação foi a desocupação do terreno. As 1200 famílias saíram do local e voltaram para as suas moradias anteriores (em favelas ou na casa de parentes). Fizeram isso mediante garantia de que naquele terreno fossem construídas moradias que serviriam para os acampados.

Nesse processo, a sede da Cooperativa Araras, fundada em 1978 na cidade de Araras, interior do estado de São Paulo, muda-se para Campinas e as famílias que antes ocuparam a área passam a ser cooperativados.

Tornar-se cooperativado foi uma exigência porque a forma de financiamento para habitação de baixa renda na época era sempre mediada por uma co-

operativa, que recebia os recursos da Caixa e contratava uma construtora.



Manifestação dos cooperativados em frente à Caixa, 1997.

Dado o tamanho do terreno, e a grande demanda habitacional na cidade, a Vila União consistiu na construção de 5.213 unidades habitacionais – um total bem maior do que a demanda inicial de 1200 acampados –, distribuídas entre lotes, casas e apartamentos, e recebeu inscrições de futuros moradores de todas as partes da cidade.

Logo depois do início das construções dos lotes, casas e apartamentos que compunham a Vila União, houve mudanças nas diretrizes da Caixa para aprovar os futuros beneficiários do Projeto. Dentre outros pontos, a exigência de renda familiar mínima dos futuros moradores foi consideravelmente aumentada – a renda familiar mínima passou a ser de cinco salários mínimos, valor muito alto e incompatível com a definição de “baixa renda”¹ –, o que fez com que muitos dos que participaram da ocupação do terreno lá no começo não pudessem ser incluídos como destinatários finais da política pública. Esse foi o início de uma longa jornada de brigas entre os Cooperativados e a Caixa.

¹ Hoje, “baixa renda” caracteriza-se por uma renda de zero a três salários mínimos.

Os futuros moradores acompanharam o processo de construção dos imóveis sem participar dele: eram expectadores. Em 1991, a obra já estava pronta; só faltava o acabamento final, que não acontecia. A obra ficou paralisada por quase dois anos e algumas construtoras responsáveis pela obra faliram.²

Nesse ínterim, os futuros moradores receberam mais um carnê, o “carnê complementar”, com quatro prestações, que deveriam pagar – mas isso não estava no contrato inicial. O argumento da Cooperativa e da Caixa era de que esse dinheiro serviria para efetuar melhorias no bairro – luz, água, asfalto. Outro argumento, utilizado pela Caixa, era

² Em 1990, foi eleito presidente do Brasil Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto do povo após o regime militar no país (1964-1985). Seu governo foi marcado pelo Plano Collor, que acabou por aprofundar a recessão econômica, o desemprego e a inflação. Uma das medidas do plano foi o congelamento da caderneta de poupança dos cidadãos. O governo Collor é conhecido, na memória dos brasileiros, como um governo repleto de escândalos de corrupção e desvio de dinheiro. Segundo um dos nossos entrevistados, as construtoras responsáveis pela Vila União estavam em nome de “laranjas”, não sendo possível posteriormente encontrar os responsáveis pelas obras. Há suspeitas de que a Vila União tenha feito parte de um esquema de desvio de verba por meio de programas habitacionais.

de que a inflação do Plano Collor teria aumentado os custos em 10%, por isso a necessidade desses pagamentos extras.

A Caixa, para tentar acalmar os ânimos, procedeu ao sorteio dos imóveis.³ O resultado foi que, apesar de não terem as chaves dos seus imóveis, os futuros moradores já sabiam onde iam morar, viam suas moradias, sabiam quem seriam seus vizinhos, quais seriam suas casas... Entretanto, a Cooperativa e a Caixa não entregavam os imóveis. Nesse momento começa uma forte indisposição entre os cooperados e a Cooperativa que era acusada de defender a Caixa e não os mutuários.

³ Em conjuntos habitacionais, é prática comum escolher quem ficará com qual imóvel mediante sorteio.

A longa disputa com a Caixa Econômica Federal e uma nova ocupação

Então, em 10 de outubro de 1993, os futuros moradores da Vila União decidem ocupar suas moradias. É o início de uma longa e intensa história de negociação entre os moradores e a Caixa. Os moradores argumentavam que tinham o direito de receberem suas chaves e que não eram “invasores”. Já havia a ocupação de terceiros de algumas unidades, por isso eles tomaram a iniciativa de “ocupar” o que era deles.

Com os imóveis prontos, eles finalmente conquistaram suas chaves: contrataram os serviços de um chaveiro para trocar as fechaduras de cada imóvel e asseguraram-se de que somente futuros beneficiários, constantes nos registros da Caixa, fizessem parte da ocupação. Uma entrevistada, ao nos contar sobre essa nova ocupação (agora dos seus próprios imóveis), lembra,

Só tinha água na rua, não tinha luz, fomos na porta da Sanasa [companhia de abastecimento de água de Campinas] pra ter água, pra ter luz fizemos a passeata à luz de vela...

E afirma que a opinião pública ficou do lado dos moradores – a tendência era ver sua luta como legítima, afinal eles eram os reais proprietários daqueles imóveis – e que saiu “muita matéria sobre a gente no Correio [Popular], no Diário [do Povo]” (ambos jornais de circulação na cidade na época).

Ela também se lembra da organização dos moradores, que faziam assembleias na vila, “na [rua] 48 tinha um QG [quartel-general]: uma casa que um morador cedia para fazer reuniões”. Conta que tudo era decidido em assembleia e que uma vez por mês ou a cada quinze dias tinham assembleias gigantes, com 2 mil, 3 mil pessoas. Fechavam a rua.

TRAGA UMA VELA

**VAMOS ILUMINAR
A VILA UNIÃO**

Não podemos mais suportar a escuridão das noites aqui na Vila União. Só na última semana cinco casas foram assaltadas.

Além disso, é grande o número de pessoas que chegam do trabalho e da escola à noite. Outros saem de madrugada para trabalhar. Diariamente eles enfrentam o perigo da escuridão das ruas.

Diante dessa situação e da enrolação por parte da Prefeitura:

Caminhada à Luz de Vela

(com presença da Imprensa)

Sexta-feira (06/05)

**Saída: 19 horas, em frente ao
Centro Comunitário**

Chamado para a “passeata da vela”.

Logo após a ocupação, foi formada uma comissão para representar os moradores, cujos interesses não estavam sendo representados pela Cooperativa Araras, frente a Caixa. A reação da Cooperativa, no momento da ocupação, foi abrir um processo de reintegração de posse contra os ocupantes, alegando que os cooperativados estariam desrespeitando a Cooperativa e que, além disso, haveria intrusos – isto é, pessoas que não estavam contempladas nos registros da Caixa – na ocupação. Um mês depois, em dez de novembro, ocorreu uma audiência marcada pelo juiz. Sem decisão, o processo foi suspenso. Em 6 de julho de 1994, o juiz decide não conceder a liminar de despejo e decide que os casos serão discutidos e julgados um a um. A Cooperativa entra com agravo de instrumento, recorrendo dessa decisão do juiz, mas nada muda. Em março de 1995, o juiz extingue o processo sem julgamento do mérito.

Ainda em 1995, a comissão de moradores decide aceitar uma proposta da Caixa, então com os valores de financiamento mais baixos e mais próximos do aceitável, no entendimento dos moradores.

Outro grupo de moradores, no entanto, considerava essa proposta inaceitável, por causa dos juros muito altos que, ao final do pagamento, somavam dupla ou triplamente o valor do imóvel. Esse grupo formou um comitê de esclarecimento e convenceu a esmagadora maioria de que não deveriam aceitar a proposta da Caixa. O convencimento foi registrado em um plebiscito, realizado em 9 de abril de 1995, sobre aceitar ou não a proposta da Caixa. Dos 1.276 votantes, 1200 disseram “não” para a proposta. Após esse evento, a comissão foi alterada: os antigos membros saíram e formou-se a segunda comissão.

Boletim Informativo do

COMITÊ DE ESCLARECIMENTO DOS MORADORES DA VILA UNIÃO

Campinas Abril de 1995

Saiba porque todos nós vamos votar não

Manchete de Boletim Informativo do Comitê de Esclarecimento dos Moradores da Vila União... Abril/1995

**BOLETIM INFORMATIVO CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL**

DIA 09, VOTE SIM

... e a reação da Caixa. Abril/1995

Essa segunda comissão tinha fortes vínculos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e fundou também a Associação de Moradores da Vila União.

Ainda no mesmo ano de 1995, a segunda comissão propôs aos moradores, que aceitaram, a criação de uma poupança vinculada à Caixa, a Poupança Azul.

Em outubro, os moradores entraram com uma ação civil contra a Cooperativa Araras e as construtoras que trabalharam na obra: BMH, Soma e Santa Bárbara Engenharia. Em junho de 1996, é aprovada uma auditoria na Vila União, fruto das acusações de superfaturamento das obras. A auditoria foi requerida pelo então deputado Luciano Zica, do PT.

Aprovada auditoria na Vila União

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados aprovou ontem um requerimento do deputado federal Luciano Zica (PT), de março de 95, que pede uma auditoria no empreendimento Vila União, em CAMPINAS, construído em terreno da Caixa Econômica Federal (CEF) e financiado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo o deputado, as obras do empreendimento, com capacidade para abrigar cerca de três mil famílias em casas e apartamentos, estão sob suspeita de superfaturamento.

De acordo com o relator do parecer da comissão, o deputado federal Arnaldo Madeira (PSDB-São Paulo), a auditoria será realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que decidirá quando a fiscalização deve começar.

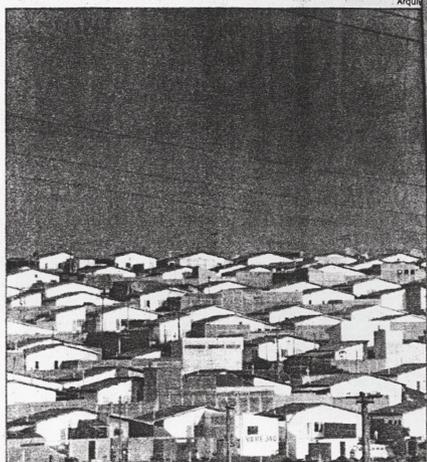
O terreno da CEF próximo à rodovia Bandeirantes e ao Jardim Santa Lúcia, foi ocupado por centenas de famílias em 1989. Segundo Zica, criou-se na época uma cooperativa que negociou a terra, a

Cooperativa Habitacional de Araras. Os mutuários pagavam o terreno em forma de poupança. No mesmo ano, começaram as obras do empreendimento, mas, segundo Zica, ficaram paralisadas por dois anos.

O deputado afirmou que quando a obra ficou pronta, em maio de 93, a renda das pessoas que pagaram a poupança já não era mais compatível com o financiamento. Ele explicou que o empreendimento ficou caro porque a CEF estava cobrando juros do período em que a obra ficou parada, além de estar, segundo ele, superfaturada.

Zica disse que em outubro de 93 os mutuários ocuparam o local. "A Cooperativa de Araras entrou com pedido de reintegração de posse, mas a Justiça não concedeu porque os ocupantes eram os próprios mutuários", informou. "A auditoria na obra vai poder dizer o real valor do empreendimento, que será repassado para os compradores", adiantou.

reportagem e texto: Kátia Nunes



Deputados querem saber se mutadria pagou a mais pelas casas

Reportagem sobre aprovação de auditoria na Vila União.
Junho/ 1996

Superfaturamento marca construção de imóveis

ROGÉRIO VERZIGNASSE

Uma perícia técnica elaborada no decorrer dos últimos cinco meses comprovou que houve superfaturamento na construção dos 3.261 imóveis do Parque Residencial Vila União. O economista Sidney Baldini e o engenheiro civil Waldomiro de Souza, paulistanos, contratados pela comissão de moradores do bairro, levaram em consideração a localização do conjunto habitacional, os custos de construção e acabamento, e os valores de mercado de imóveis do gênero para concluir que são superestimados os valores que a Caixa Econômica Federal (CEF) usa como parâmetros no cálculo das prestações. Casa casa da Vila União tem valor estimado pela CEF em R\$ 30,3 mil, enquanto vale, segundo os peritos, apenas R\$ 13,98 mil. Para a CEF, cada apartamento vale R\$ 37 mil, mas a perícia o estimou em R\$ 17,9 mil.

Com base no estudo dos peritos, o advogado dos mutuários, Lauro Câmara Marcondes, entregou terça-feira uma representação ao Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, José Emanuel Burle Filho, solicitando a abertura de uma Ação Civil Pública contra a Cooperativa Habitacional de Araras e as três empreiteiras responsáveis pelas obras (BHM, Soma e Santa Bárbara). O caso deve ser analisado pelo procurador nos próximos 40 dias.

Marcondes veio ontem até Campinas e entregou uma cópia da representação ao promotor responsável pela Defesa do Consumidor, Carlos Alberto Marzola e Silva. "A perícia revelou que os mutuários pagam mensalidades abusivas, já que elas se equiparam aos valores superfaturados dos imóveis", disse o



VALERIA ABRAS

O deputado Renato Simões: contas do FGTS são lesadas

advogado. A mensalidade, seguindo-se os valores apurados na perícia, seriam reduzidas de R\$ 332,55 para R\$ 102,14 (casas) e de R\$ 438,27 para R\$ 193,22 (apartamentos).

O deputado estadual Renato Simões (PT), que presta assessoria à Comissão dos Moradores da Vila União, afirmou ontem que o superfaturamento lesa as contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instrumento financiador das obras do conjunto habitacional. Por isso, disse, a representação do partido em Brasília vai levar os resultados da perícia à Comissão de finanças da Câmara dos Deputados e ao Conselho Curador do FGTS, e exigir uma investigação detalhada do caso.

Para evitar que se tornem alvos de ações de despejo, os mutuários passam, a partir desse mês, a aplicar os recursos de cada prestação na Popupança Azul Imobiliária da CEF. "A iniciativa demonstra que os mutuários estão interessados em pagar o valor justo pelos imóveis, e que ninguém quer se aproveitar da situação para morar de graça", diz Ivete Cardoso, representante da Comissão de Moradores da Vila União.

Reportagem que comprova o superfaturamento na Vila União. Novembro/1995

As negociações com a Caixa não pararam. Em junho de 1997, após reunião com Zica em Brasília, a Caixa aceitou um valor ainda menor nos financiamentos, e reduziu o valor dos imóveis em até 50%.

Mas a maioria dos moradores ainda não considerou a proposta satisfatória: ela foi rejeitada em assembleia. A Caixa, então, inaugurou um estande na Vila União, e se disse empenhada em tentar resolver a situação. Os moradores, insatisfeitos, ocuparam o estande em 1998 e a Caixa divulgou um documento dizendo que desistiria de tentar negociar.

Uma entrevistada nos contou que quando a Caixa colocou o estande lá, começaram a fazer assembleia na frente da Caixa.

Às vezes iam pra [Av. Francisco] Glicério, fechavam a Glicério [a principal rua comercial de Campinas]. Enquanto o gerente não atendesse, a Glicério ficava tomada de gente. Foram quase dez anos de luta mesmo. Sempre nos

reunindo, sempre chamando assembleia, sempre dizendo o que a Caixa propôs, o que os mediadores propuseram, aí vinha, punha pra assembleia, se a assembleia não aceitasse, nossos negociadores iam de novo lá pra Caixa dizer que a assembleia não aceitou... até que conseguimos aceitar.



Manifestação. Provavelmente em 1995



Ocupação do estande da Caixa. 1998.

Em 1999, é criada a Habteto, fundada em assembleia, como mais uma tentativa dos moradores de resolver o problema. Seu funcionamento é de tipo consórcio, e os cooperativados tornam-se então consorciados. Cada morador que quer ser consorciado paga uma mensalidade. Com os recursos, a Habteto vai quitando junto à Caixa, aos poucos, os primeiros imóveis da Vila União.

Moradia não é negócio. Moradia é direito

Todas as pessoas com quem falamos foram unânimes em afirmar que o intuito de criar a Habteto foi mostrar para a Caixa e para o Judiciário que eles queriam pagar. Mas queriam pagar um valor que consideravam justo, baseado no que os engenheiros contratados pela Associação de Moradores tinham avaliado como sendo o valor dos imóveis. Um dos entrevistados chamou a atenção para o fato de que a situação da Vila União era a mesma de outros tantos mutuários da Caixa Econômica em todo o país no início dos anos 1990: pessoas que tinham uma renda baixa (ou quase nenhuma

renda) que não conseguiam pagar suas prestações e para quem a única política habitacional disponível (e inacessível) eram prestações com altos juros no mercado imobiliário.

Segundo ele, o tipo de acordo que a Vila União conseguiu com a Caixa abriu precedentes legais e históricos para que houvesse a compreensão de que, para a população de baixa renda, não se aplicavam financiamentos sob a forma de empréstimos e cobrança de juros bancários. Mas sim, que eram necessários subsídios públicos: a cobrança de prestações de valores baixos, complementadas por investimento do poder público (sem que se esperasse retorno destes recursos, muito menos com juros e correção monetária). Essa percepção da moradia como direito e não como um negócio foi de alguma forma vivenciada pela Vila União, constituindo-se um dos marcos que permitiriam e justificariam, no futuro, que programas como Crédito Solidário e Minha Casa, Minha Vida pudessem existir no Brasil.

Da primeira ocupação à construção de moradia popular subsidiada

Com a Habteto funcionando, o enfoque da Associação de Moradores, a partir dos anos 2000, passou a ser a infraestrutura do bairro, mais especificamente a construção do Parque Viva Vila, uma grande área verde que circunda a Vila União.

Em 2004, o mesmo grupo que estava à frente da Associação de Moradores e da Habteto disputou eleições contra o antigo grupo que, desde o início da história, em 1988, estava à frente da Cooperativa Araras. Numa eleição que aconteceu às vésperas do feriado de Carnaval, a direção da Cooperativa finalmente mudou. Quem se tornou o presidente da Cooperativa foi o Izaías, presidente de 2004 a 2006. Em 2006, Carlão assumiu.

Após ganharem a Cooperativa, esse grupo também conquistou o Centro de Saúde da Vila União (em 2006), em um terreno da cooperativa cedido (permutado em troca de dívidas) para a prefeitura.

Assim que começou o Programa Crédito Solidário, do governo federal, a Cooperativa organizou dois conjuntos habitacionais: o Nova Bandeirantes, via Crédito solidário, e o Novo Mundo II, via Minha Casa, Minha Vida – Entidades. Um dos entrevistados nos conta:

[A Cooperativa] era cheia de problemas, mas era uma ferramenta importante pra gente poder resolver o que a gente já tinha, pra resolver e pra investir mais. Assim que a gente pegou, coincidiu com o Ministério das Cidades que veio com um projeto novo, aí a gente acabou construindo uma pequena vila lá no Santos Dumont [o Residencial Nova Bandeirantes] e uma outra aqui no Campo Grande [o Residencial Novo Mundo].



Vila União, 2013.

Morador da Vila União há 19 anos, sua ativa atuação junto à Vila União foi tão relevante que, em 2012, Carlão foi eleito vereador de Campinas pelo Partido dos Trabalhadores. Carlão iniciou sua militância por meio das Comunidades Eclesiais de Base na região da Vila Cura D'ars, em Campinas. Foi dirigente e assessor sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assessor parlamentar e articulador de lutas sociais. Também foi um dos fundadores da Central de Movimentos Populares de Campinas e hoje compõe sua direção nacional.

Como podemos perceber, o grupo hoje articulado em torno da Cooperativa Araras tem um histórico de luta pela moradia e pelos direitos, organizando os moradores da Vila União, defendendo seus próprios interesses na relação com a Caixa Econômica Federal e procurando regularizar sua situação. Atualmente, quase todos os imóveis da Vila União já foram regularizados perante a Caixa, com financiamentos, quitações e escrituras – restam cerca de 3% irregulares. Mas a maioria ainda está irregular perante a Prefeitura: praticamente ninguém

conseguiu tirar o Habite-se⁴, o que dificulta possíveis vendas de imóveis e elaboração de inventários em casos de falecimentos.

Essa história que contamos aqui, que começa com a ocupação da Fazenda do Rony e resulta na criação de um bairro inteiro, é uma das muitas histórias de organização e luta das classes trabalhadoras no Brasil em busca do direito de morar com dignidade em uma cidade que seja realmente para todos.

Nesse caso específico, a luta dos sem teto se transformou na luta dos mutuários contra um sistema de financiamento habitacional que resultava em prestações que iam muito além da capacidade de endividamento das famílias. Por meio da organização e das ocupações esse grupo foi obrigando a Caixa Econômica Federal a reconhecer que moradia não é negócio, moradia é direito. E que, por-

⁴ Habite-se é o documento legal que atesta que o imóvel foi construído de acordo com as exigências estabelecidas pela prefeitura para a aprovação de projetos.

tanto, subsídio público para habitação popular é mecanismo indispensável para redução do déficit habitacional na faixa de zero a três salários mínimos.

Se hoje a política habitacional reconhece parcialmente esse direito (como no Programa Minha Casa Minha Vida) a luta tem que ser agora para ampliar os recursos destinados à habitação popular e para reconhecer o protagonismo do setor popular na construção das moradias, por meio da valorização da autogestão.

Em uma cidade tão desigual como Campinas, há muito que se avançar nessa direção. Esperamos que esse texto ofereça uma contribuição nesse caminho.



Núcleo de Pesquisa em Participação,
Movimentos Sociais e Ação Coletiva
(nepac/Unicamp)